

SÍNTESE POLÍTICA

Analisando o acontecimento mais importante de nossa vida política, no trimestre findo, as eleições de 3 de outubro, o autor, depois de ponderar as posições dos três grandes partidos, tira a grande lição do pleito: êste revelou que, longe de entrar num processo de "massificação", o eleitorado, contrariando a expectativa da demagogia, evolue precisamente de massa, "joguete fácil nas mãos de qualquer que explora seus instintos", para povo, entendido no sentido de um grupo humano capaz de auto-determinação.

AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO

MUITO se tem especulado nos jornais e nos comentários parlamentares acêrca dos resultados das recentes eleições. Há os que consideram vitoriosos os trabalhistas, os que afirmam terem cabido à UDN os maiores êxitos e, sobretudo, os que colocam no vértice da pirâmide o Governador JÂNIO QUADROS, como líder da candidatura do Professor CARVALHO PINTO.

Um julgamento consciencioso não é fácil fazê-lo (talvez seja mesmo impraticável), porque não se feriu um pleito único, como para Presidente da República. Aí é possível, sem controvérsia, dizer-se quem ganhou ou perdeu. Isso é o que, aliás, acontece com qualquer eleição majoritária.

Não sucede, porém, o mesmo quando, ao lado de majoritárias

(a renovação do Senado e o preenchimento de Governadorias de Estado), se processam eleições proporcionais.

O analista sincero, para chegar a uma conclusão honesta, deverá examinar separadamente os algarismos de umas e de outras. E, como ora um partido elege o Governador de um Estado e é derrotado em outro, ou elege diversos Governadores, mas menos deputados, não há termos de comparação entre soluções heterogêneas.

Por outro lado, como avançar que o Partido que elegeu o maior número de Governadores tenha sido o vitorioso, se êle não logrou o maior número de cadeiras, na Câmara dos Deputados, que é a

expressão típica da representação popular ou nacional?

No pleito de 3 de outubro tôdas essas antinomias ocorreram, tornando impossível a prolação de uma sentença simplista: venceu o Partido *A* porque fêz mais deputados, ou o *B* porque alcançou mais Governadores, ou o *C* porque preencheu maior quantidade de vagas no Senado.

Veja-se o contraste entre estas nossas eleições e as que acabam de efetuar-se nos Estados Unidos também para a Câmara dos Representantes, a renovação parcial do Senado e de vários Governos Estaduais. Ali, não há mais do que ler o *placard* para verificar que a vitória coube ao Partido Democrático, pois elegeu a maioria de deputados, senadores e governadores.

Aqui, tudo se passou de modo inteiramente diferente. Se tomarmos como índice de enfraquecimento — e de certo modo o é — a perda de Governadorias Estaduais, não há discutir que o Partido Social Democrático sofreu sensível queda de força e de prestígio. Basta dizer que, a 3 de outubro, perdeu as do Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Pernambuco e Bahia. Ainda que os partidos sejam de âmbito nacional, embora bastante ficticiamente, a política brasileira se move hoje, como há meio século, em tórno das mais importantes unidades federadas. E essas sempre foram: São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Estado do Rio. Ora, o PSD até agora governava cinco dêsses “seis grandes”. Ficou reduzido a um: Minas Gerais; e nesse não houve eleição para Governador, o que só acontecerá no ano vindouro.

Os êxitos em Estados menores não são de molde a ressarci-lo do desfalque sofrido.

É certo que os Governadores já não representam os pontos de apoio que significavam no passado. Não obstante, influem muito nos contactos directos com o povo.

Em compensação, o PSD manteve a maior bancada na Câmara dos Deputados, talvez mesmo reforçada com algumas cadeiras, e continua a dispor do maior número de senadores. Esses são, inegavelmente, trunfos de primeira ordem para o jôgo político. Principalmente para as manobras do Chefe do Govêrno na aprovação de seus projetos e iniciativas. É verdade que, só com os pessedistas, S. Excia. não obterá tudo quanto deseje. Mas há uma contrapartida. Os projetos hostis, que os outros partidos, unindo-se, consigam aprovar, podem ser anulados pelos vetos; e ao Presidente basta contar com a bancada pessedista para que os vetos subsistam.

De qualquer forma, por causas diversas, o PSD decaiu da primitiva grandeza. Em termos de perfeita realidade, o PSD entrou em sucessivo declínio, a partir do fim do Govêrno do Marechal EURICO DUTRA. Na primeira eleição, a de 1945, aquêlê Partido chegou a ter maioria absoluta na Câmara e no Senado, além de contar com o Chefe do Govêrno e todos ou quase todos os Governadores.

As causas dêsse enfraquecimento são múltiplas. Em primeiro lugar, o êrro cometido na sucessão DUTRA. O Partido vacilou demais, superestimou sua força, enquanto subestimava a de VARGAS. Acabou por escolher, já na undécima hora, o nome do ilustre CHRISTIANO

MACHADO para candidato ao Cateite, sem a menor preparação de um sistema de alianças. Ficou só, e CHRISTIANO ocupou o último lugar no mapa das votações!

Partido de cunho oficialista, não se animou a ir para a oposição ao novo Governo, ao qual aderiu sem condições. Daí em diante, seu desgaste prosseguiria quase diariamente.

Pareceu recuperar-se com a vitória de seu correligionário Sr. JUSCELINO KUBITSCHEK. Mas não foi assim, pois a candidatura KUBITSCHEK se fundou num pacto com o Partido Trabalhista, ao qual garantiu a Vice-Presidência da República, as pastas do Trabalho e da Agricultura, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil e mais todo o aparelho da Previdência Social com as respectivas autarquias. Vale dizer, a parte eleitoralmente rica do Governo.

De outro lado, se a maioria parlamentar no Congresso se compõe dos deputados e senadores do PSD e do PTB, a aliança não se estendeu aos Estados. E, nêles, os dois agrupamentos se degladiaram pelo poder local, levando sempre o PTB a melhor, quanto à ajuda federal, justamente por caber-lhe a administração daqueles órgãos estatais.

Os dirigentes pessedistas estão em face de uma crise e terão de superá-la ou perecer no embate de 1960, para o qual não se vê, até agora, nas suas fileiras, um nome capaz de atrair alianças e de enfrentar vitoriosamente a luta, já desenhada, pela sucessão KUBITSCHEK.

Da UDN é lícito afirmar, sem erro, que é um partido paradoxal. Perdeu gradualmente substância eleitoral e, não obstante, pelo

fato de dispor de um quadro de altos valores no estado-maior, consegue ocupar um lugar sempre eminente na luta cívica, como agora demonstrou no pleito de outubro, a ponto de eleger os Governadores da Bahia e Pernambuco e maior número de senadores do que o Partido Trabalhista.

Os danos sofridos pela UDN se devem ao acôrdo que celebrou com o PSD, ao tempo de DUTRA. Mas, ao contrário do PTB na operação KUBITSCHEK-GOULART, ficou com duas pastas ministeriais de pouco rendimento eleitoral: a das Relações Exteriores e a da Educação, ambas brilhantemente preenchidas por dois luminares, não por dois políticos com qualidades de aliciaamento. Resultado: em 1950, teve de voltar à fórmula Brigadeiro EDUARDO GOMES. O eminente brasileiro conseguiu uma grande votação, mas o Partido saiu mais debilitado da luta.

A tendência udenista (ou de setores udenistas) para cooperar com os Governos é outro dos seus males. Os Ministros assumem as pastas, e a política da UDN, entretanto, não auferе vantagens. Foi o que ocorreu ao tempo de VARGAS, como antes havia sucedido com DUTRA. O mesmo se repetiu no governo CAFÉ FILHO.

É preciso convir em que muitos dêsses erros decorrem menos do partido do que da pressão dos interesses estaduais, que obrigam os dirigentes a contemporizações, quando não a capitulações.

Mas não há como objetar que, nas últimas eleições, a UDN demonstrou novo vigor. Menos pelo que obteve (e obteve muito) do que pelo espírito combativo revelado, sobretudo pelo seu presiden-

te, Sr. JURACY MAGALHÃES, e seu líder na Câmara, Sr. CARLOS LACERDA, que é hoje o político de maior influência do ponto de vista pessoal.

Não obstante êsses triunfos, a UDN continua com áreas em que é muito frágil: em São Paulo só fez quatro deputados em quarenta e quatro. No Rio Grande do Sul, nenhum. Em Minas, não progrediu. Seu ponto alto para a legenda foi o Distrito Federal.

Prognósticos são muito difíceis na literatura político-partidária, mas não é arrôjo avançar que, apesar da sua equipe magnífica, na cúpula, uma candidatura cem por cento udenista à sucessão KUBITSCHEK parece extremamente improvável, com poucas "chances" de vitória.

Quanto ao Partido Trabalhista, sua colheita mais abundante foi nas Governadorias Estaduais, sobretudo pela conquista das do Rio Grande do Sul, Ceará e Estado do Rio, embora as obtivesse num sistema de alianças. Os outros dois Governadores (Amazonas, Piauí), também por alianças, não têm o mesmo sentido. Em todo caso, dêsse ponto de vista, o PTB se saiu incontestavelmente muito bem.

Seus magnos insucessos ocorreram em São Paulo e nesta Capital. Em São Paulo, o desastre atingiu toda a área dita populista, com a derrota do Sr. ADEMAR DE BARROS para Governador, e do Sr. FROTA MOREIRA para Senador.

Possivelmente seja êsse o aspecto mais considerável do pleito de outubro e dos seus resultados se possa extrair uma irrecusável filosofia.

O Vice-Presidente da República, durante a campanha, proclamou em

entrevista no Recife que se efetuará a "União das Forças Populares", isto é, o PTB, o ademarismo e o Partido Comunista. O Sr. João Goulart avançou mesmo um pouco mais, afirmando que entre o PTB e o PC "as ideologias se confundem em vários pontos. Os comunistas defendem melhores padrões de vida para o operário, uma política nacionalista na exploração das nossas riquezas e outros itens que também fazem parte do nosso programa".

Na sua pregação eleitoral, tanto o Sr. GOULART como o Sr. ADEMAR DE BARROS insistiram sempre em sustentar que no Brasil, como no resto do mundo, o critério seletivo deixou de existir nas eleições. O que predomina é o povo-massa.

A palavra "massa" tornou-se uma espécie de sacramento da "nova" democracia. Só vale quem tem por si as massas. Só se elegem os que dispõem das massas.

Note-se que massa, para eles, não é sinônimo de compactas maiorias, de imensas vagas de povo, mas tem um sentido específico. São as massas proletárias, as massas contra as elites. Termos antinômicos, na sua terminologia de propaganda.

O abuso das palavras leva à criação de outras. Assim já se fala de "massificação" nos rumos políticos.

Tôda essa logomaquia, agora muito banalizada pela repetição, discursos e cartazes, tem seu ponto de partida no livro de ORTEGA Y GASSET *La rebelión de las masas* — precedido pelo de LE BON — *A psicologia das multidões*.

Tanto um quanto outro — o pensador como o cientista — exprimiram um fato incontestável: o da entrada no campo político-social das forças do trabalho, outrora

praticamente ausentes dêle. A segunda revolução industrial chamou para as urnas aquelas massas, que vieram, com grande justiça, pugnar por seus direitos na sociedade. A revolução francesa libertou o indivíduo, criou a igualdade no exercício das prerrogativas políticas. Entretanto, o seu reconhecimento não lhes trazia a libertação da fome, da miséria, da doença.

Tôda a evolução passou a processar-se nesta série de translações: do absolutismo para o individualismo; do individualismo para os direitos sociais; do Estado-jurídico para o Estado-social. Social, não socialista. São expressões de conteúdo inteiramente diverso.

COMTE já preconizava a urgência de incorporar-se o proletariado à sociedade moderna.

Mas o grande mérito de convocar a atenção dos dirigentes para êsse problema pertence à Igreja, que, como sempre, soube aliar sua missão divina aos reclamos da vida em sociedade e aos interesses da pessoa humana, sobretudo dos mais humildes.

Tanto a Encíclica *Rerum Novarum*, como a *Quadragesimo Anno* definem a situação criada pelo advento da revolução industrial e oferecem as soluções convenientes.

É curioso notar que ninguém definiu melhor os conceitos de "massa" e de "povo" do que Pio XII, o Pastor Angélico que o mundo acaba de perder.

O Sumo Pontífice, em sua Mensagem do Natal de 1944, quando a guerra ainda ensanguentava a Europa e os outros Continentes, assim se exprimiu com cristalina clareza e verdade: "Povo e multidão amorfa, ou, como é costume dizer-se, "massa", são dois concei-

tos diferentes. O povo vive e se move por uma vida que lhe é própria. A massa é, por si mesma, inerte e não pode ser movida senão do exterior. O povo vive da plenitude da vida dos homens, que o compõem, cada qual dentre êles, no seu lugar próprio e à sua maneira, sendo uma pessoa consciente de suas próprias responsabilidades e de suas próprias convicções. A massa, ao contrário, atende ao impulso de fora e não é senão um brinquedo fácil nas mãos de qualquer que explora seus instintos ou impressões. Ela está pronta a seguir, alternadamente, hoje esta bandeira, amanhã aquela outra. A massa, tal como a definimos, é o principal inimigo da verdadeira democracia e de seu ideal de liberdade e igualdade".

Definições e doutrinas à parte, o que resta é uma evidência: com o crescimento das populações obreiras, com os novos problemas criados entre o capital e o trabalho, o mundo político foi engrossado pelo advento de uma classe imensamente numerosa, grandemente relegada na contemplação dos benefícios que ela contribuía para produzir e que só eram auferidos pelos ricos.

Apoiando-se na concepção hegeliana e admitindo que todos os seres, pensamentos, instituições contêm o germe da contradição interna, que os arrasta à destruição, MARX decretou o fim do capitalismo. A chave do progresso e da dialética exprime-se assim: a morte é criadora, a contradição é a fonte de todo movimento, a raiz de tôda vida. Com o fim inevitável do capitalismo, a sociedade entraria no reino do socialismo pela

vitória das massas proletárias sobre o antigo sistema patronal.

Dai, o apêlo: "Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos".

Mas a Revolução russa de 1917 já foi o primeiro desmentido da profecia marxista. Segundo ela, a ascensão do comunismo ocorreria quando o capitalismo atingisse o apogeu.

No entanto, o comunismo instalou-se na Rússia, que era um país feudal, onde o capitalismo nem começara a florescer.

A implantação do Estado soviético foi obra de um grupo de intelectuais que exploraram a miséria do povo no antigo Império dos Czares.

Isso mesmo TROTSKY deixou explicado no seu livro, superestimando a revolução como uma "arte" e produto de uma "técnica".

Não há dúvida que pelo menos dois populosos impérios — a Rússia e a China continental — estão hoje sob um regime que se diz moldado nos preceitos de MARX e LENINE. Mas ninguém os conhece na intimidade senão como duas ditaduras.

No mundo ainda livre, os partidários de Moscou e os aproveitadores populistas continuam a proclamar que, não obstante a vigência de estatutos democráticos, o predomínio é das massas.

Quem dispõe do favor delas é que se elege e governa. Este refrão entrou a circular no Brasil, sobretudo na propaganda do último pleito.

Entretanto, os recentes resultados das urnas não parecem indicar que os chamados "partidos de massas" (o PTB, o PSP, o Partido Comunista) hajam conseguido arrastá-las decisivamente para a maioria dos seus candidatos.

A demonstração é fácil. Basta verificar-se o que ocorreu em São Paulo, o grande centro industrial do país, com uma enorme população de trabalhadores.

Quem ganhou ali a eleição para Governador? Não foi o chefe do PSP, apoiado calorosamente pelo PTB e pelos comunistas, mas o Sr. CARVALHO PINTO, que é um homem de elite, um professor, uma figura inteiramente avessa à demagogia.

O mesmo aconteceu com as legendas partidárias para deputados e com o candidato à Senadoria. O Sr. FROTA MOREIRA foi campalmente batido em toda a linha pelo Padre CALAZANS, apesar da dispersão de mais de duzentos mil votos por outras personalidades também anti-populistas.

Na Bahia, a lição não é diferente. O Sr. OCTAVIO MANGABEIRA não fez sequer um discurso e desbaratou o trabalhista EDUARDO CATALÃO por uma centena de milhar de votos.

Em Minas, o Sr. MILTON CAMPOS, jurisconsulto, homem de gabinete, sem sair de casa venceu igualmente o pleito senatorial, a que concorria um trabalhista.

Os exemplos são múltiplos e levam a concluir que ou aqui não existem as chamadas massas organizadas, ou estas não se acham sincronizadas com os que se intitulam seus líderes.

Há, aliás, certo simplismo na generalização desse conceito de massas ativas. SOLMS considera que esse fenômeno de "massas" é histórico, atravessou séculos, com intensidade variável.

Seria fútil contestar que interesses imensos de classes numerosas

pesam na balança das soluções políticas. O mundo não parou em 1789. Nem em 1945, quando se dispararam os últimos tiros contra o nazismo. Não parará jamais de crescer e transformar-se até seu último dia.

Neste capítulo, cremos que o eleitoralismo, por interesses partidários, confunde a inovação com a renovação, o superficial com o profundo. A inovação destrói sem substituir; a renovação se ajusta ao conceito de DANTON: substitui o que se destruiu ou foi destruído.

Fala-se hoje em era atômica, como se agora o mundo, pela primeira vez, sofresse tremendas transformações na sua estrutura e no estilo de vida das pessoas.

Mas, esta não é a primeira vez — nem será a última — que o espírito humano assiste a verdadeiras revelações, a começar por GALILEU com o “*éppur se muove*”, com os descobrimentos dos navegadores lusitanos do século XV, com a descoberta da imprensa, do vapor, da circulação do sangue, da eletricidade e tantas outras.

De qualquer modo, as eleições de 3 de outubro revelaram acentuado aperfeiçoamento em nossa vida democrática. O povo votou, em geral, com um senso de libertação das antigas sujeições. Se as apregoadas massas não se ostentaram com o aspecto que lhes vinham imputando alguns líderes, também o antigo “coronelismo” do interior falhou quase por completo, principalmente na Bahia e em Pernambuco.

Com a extensão da cédula única a todas as eleições, é de esperar-se que as coisas ainda melhorem na próxima vez.

Como fator determinante da decisão dos eleitores predominou muito a revolta contra a progressiva elevação do custo da vida. Tem-se a impressão que a maioria se decidiu pelos candidatos que combateram os males da inflação.

Restaria fixar um ponto, que não deve ser omitido: os males do sistema proporcional, tal como atualmente aqui se pratica. Dêle provém a “pulverização da opinião pública”.

Nenhum Governo está seguro de realizar o seu programa, se não contar com sólidas maiorias no parlamento. Ora, o voto proporcional impede a formação de maiorias estáveis. Aos administradores não resta senão negociar com todos os partidos — e quase sempre a preços altíssimos — a possibilidade de aprovação de seus projetos e das medidas de que carece, para enfrentar a solução dos problemas.

Uma reforma impõe-se, e com urgência. A democracia só funciona bem quando os Governos não são obrigados a mendigar os votos dos congressistas e às vezes a retribuí-los com sacrifício do interesse público.

Não estaria completa esta resenha, sem aludir ao êxito do Governador JÂNIO QUADROS. É um homem-legião. Seus métodos provaram certo. Suas qualidades de liderança firmaram-se na luta.

Uma palavra final: o pleito correu em perfeita ordem. Cada qual votou em quem quis votar, sem constrangimento de qualquer espécie. Esse louvor não há como regateá-lo ao Governo. Melhor dito, aos Governos, porque a mesma atmosfera de liberdade se verificou nos Estados.